

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/3905	5714/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 9649/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/3852 de 3 de Fevereiro de 2026.

RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 9649/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-24793 || 2025-E-RE-26084

REQUERENTE: Construções JCBarbosa, Lda.

LOCAL DA OBRA: Rua da Presa, freguesia de Adaúfe

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP2]

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A entidade requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-26084, de 06/11/2025, em resposta ao despacho n.º 2025-11251, de 30/10/2025, vem apresentar o aperfeiçoamento dos **projetos das especialidades**, relativos à obra de construção de um pavilhão destinado a armazém e escritório, sito na Rua da Presa, freguesia de Adaúfe, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 500/19950724, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1202.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

- 2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 06/06/2025.

2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

- 2.2.1. Apresentou projeto.

2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

- 2.3.1. Apresentou projeto.

2.4. Projeto de abastecimento de água

- 2.4.1. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo de saída n.º 2025-S-RE-61688, de 30/10/2025.

2.5. Projeto de águas residuais

- 2.5.1. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo de saída n.º 2025-S-RE-61688, de 30/10/2025.

2.6. Projeto de águas pluviais

- 2.6.1. Apresentou projeto.

2.7. Projeto de arranjos exteriores

- 2.7.1. Apresentou projeto.

2.8. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

- 2.8.1. Apresentou projeto.

2.9. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

- 2.9.1. Apresentou declaração de isenção para a certificação energética e por conseguinte sem necessidade de apresentar os elementos relativos ao mesmo, nos termos do n.º 2 do Artigo 18.º do Dec. Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.



2.10. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.10.1. Apresentou projeto.

2.11. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.11.1. Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios, a qual mereceu parecer favorável da DPC – USCIE – Unidade de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, através da informação n.º 9649, de 19/01/2026.

2.12. Projeto de condicionamento acústico

2.12.1. Apresentou projeto.

2.13. Outros

2.13.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido se encontra corretamente instruído, pelo que se propõe o deferimento final do licenciamento da operação urbanística.

3.2. Após informação superior e despacho, a entidade requerente deverá ser notificada para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer o pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo de pagamento.

3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

4. CONDICIONAMENTOS GERAIS

4.1. Satisfação das condições estabelecidas pela DCHPA – Unidade de Arqueologia, através da informação técnica n.º 49269, de 12/06/2023, nomeadamente:

4.1.1. “A presente informação, relaciona-se com o documento com o registo número E/69900/2022.

4.1.2. A pretensão em avaliação implanta-se dentro da mancha de protecção arqueológica ao traçado proposto para a antiga Via Romana XVIII, pelo que, todas as intervenções realizadas no seu subsolo encontram-se condicionadas arqueologicamente. Contudo, no caso presente, considerando os fracos, ou nulos, resultados obtidos em trabalhos arqueológicos desenvolvidos nas imediações do em referência, somos a propor que, se efectue um acompanhamento cautelar às obras programadas com impacto no subsolo, por técnicos destes serviços de arqueologia.

4.1.3. Havendo concordância superior da condicionante suprarreferida, o promotor da obra, deverá, obrigatoriamente, comunicar a estes serviços (com pelo menos dez dias de antecedência), a data prevista para o início da presente operação urbanística.

4.1.4. A este propósito refira-se que, conforme o regulamentado no n.º 1), a) e b) do Art.º 102B, do Dec. Lei n.º 555/99, o não cumprimento do enunciado no ponto 2. desta informação, implica o imediato embargo das obras e instauração do respetivo processo de contraordenação, assim como a imposição de medidas cautelares para a aferição do impacto das obras, entretanto efetuadas à revelia do licenciado, no património arqueológico e/ou arquitetónico.

4.1.5. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da mesma Lei, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.”



- 4.2. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:
- 4.2.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.
- 4.2.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do requerente a repavimentação dos arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.
- 4.3. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.
- 4.4. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.
- 4.5. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, relativamente à declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.
- 4.6. A área a ceder ao domínio público deverá ser pavimentada e acabada pelo requerente, situação que será verificada aquando da realização da mera comunicação prévia para utilização (após operação urbanística sujeita a controlo prévio), devendo a mesma ser levada a registo predial.
- 4.7. Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes da realização da comunicação para utilização (após operação urbanística sujeita a controlo prévio).

5. INICIO DOS TRABALHOS

- 5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

